

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação da ata da reunião anterior**

**3. Comunicações do Presidente**

**3.1. Baixa de Projetos de Resolução**

**3.2. Aprovação de Relatórios**

**3.3. Novas regras de funcionamento da AR, aprovadas pela Conferência de Líderes**

**4. Audição do Presidente da Comissão de Avaliação Bipartida no âmbito do PREVPAP - Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública - do Ministério da Educação, por requerimento do BE – 15h00 -**

**5. Audição conjunta dos Presidentes das 2 Comissões de Avaliação Bipartida no âmbito do PREVPAP - Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública - do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por requerimento do BE – 15h45 –**

**6. Discussão e votação na especialidade da seguinte iniciativa legislativa**

- [Projeto de Lei n.º 813/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Requalificação e construção de residências universitárias

**7. Discussão de Projetos de Resolução**

**7.1. Discussão conjunta**

- [Projeto de Resolução n.º 1565/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Pela correta aplicação da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho
- [Projeto de Resolução n.º 1666/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Pela fiscalização da efetiva aplicação do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho (Emprego Científico)

**7.2. [Projeto de Resolução 1542/XIII/3.ª \(BE\)](#)** - Manutenção da Licenciatura em Ergonomia na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

**7.3. [Projeto de Resolução n.º 1546/XIII](#)** (PCP) - Concurso extraordinário de recrutamento e colocação de inspetores na área da Educação e Ciência

**7.4. [Projeto de Resolução n.º 1550/XIII/3.ª \(PSD\)](#)** - Alteração na hora de realização dos Exames Nacionais

#### **7.5. Discussão conjunta**

- **[Projeto de Resolução n.º 1571/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#)** - Recomenda ao Governo que proceda à realização de obras de reabilitação da Escola Básica 2,3 Frei Caetano Brandão, em Braga
- **[Projeto de Resolução n.º 1576/XIII/3.ª \(PCP\)](#)** - Urgente requalificação da Escola Básica 2/3 Frei Caetano Brandão
- **[Projeto de Resolução n.º 1626/XIII/3.ª \(PEV\)](#)** - Reabilitação urgente da Escola Básica 2/3 Frei Caetano Brandão de Braga
- **[Projeto de Resolução n.º 1682/XIII/3.ª \(PSD\)](#)** Requalificação da Escola Básica 2,3 Frei Caetano Brandão, em Braga

#### **7.6. Discussão conjunta**

- **[Projeto de Resolução n.º 1572/XIII/3.ª \(PCP\)](#)** - Urgente requalificação na Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso
- **[Projeto de Resolução n.º 1611/XIII/3.ª \(BE\)](#)** - Recomenda ao Governo a urgente reabilitação da Escola EB 2/3 Professor Gonçalo Sampaio, em Póvoa de Lanhoso

**7.7. [Projeto de Resolução n.º 1573/XIII/3.ª \(PCP\)](#)** - Requalificação e realização urgente de obras na Escola Secundária de Amares

#### **7.8. Discussão conjunta**

- **[Projeto de Resolução n.º 1574/XIII/3.ª \(PCP\)](#)** - Requalificação e realização urgente de obras em escolas do Agrupamento de Escolas Santos Simões, Guimarães

- [Projeto de Resolução n.º 1612/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo a urgente reabilitação da Escola Básica e Secundária Santos Simões, em Guimarães

#### 7.9. Discussão conjunta

- [Projeto de Resolução n.º 1562/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à elaboração de um plano para reabilitação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, na Vila de Joane
- [Projeto de Resolução n.º 1563/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, na Vila de Joane
- [Projeto de Resolução n.º 1575/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Urgente requalificação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado
- [Projeto de Resolução n.º 1622/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, de Vila Nova de Famalicão

#### 7.10. Discussão conjunta

- [Projeto de Resolução n.º 1561/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à urgente reabilitação da Escola Secundária de Barcelinhos e remova todas as placas de fibrocimento
- [Projeto de Resolução n.º 1578/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Requalificação e realização urgente de obras na Escola Secundária de Barcelinhos
- [Projeto de Resolução n.º 1625/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Secundária de Barcelinhos – Barcelos

- 7.11. [Projeto de Resolução n.º 1598/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo a realização de obras na Escola Básica 2/3 D. Carlos I em Sintra

### 8. Apreciação e votação de relatório final de petição

8.1. [Petição n.º 467/XIII/3.ª](#) - Solicitam a celebração de Contrato Coletivo de Trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo que respeite o estipulado na Lei de Bases e o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.

- Deputada relatora: Sandra Pontedeira (PS)

**9. Discussão e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do BE para audição do Senhor Ministro da Educação sobre a recuperação do tempo de serviço dos docentes para efeitos de valorização remuneratória**

**10. Outros assuntos**

**11. Data da próxima reunião**

- 21 junho – após Plenário?

---

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

**2. Aprovação da ata da reunião anterior**

A ata da reunião de 6 de junho foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

**3. Comunicações do Presidente**

**3.1. Baixa de Projetos de Resolução**

O Presidente da Comissão informou que baixaram à Comissão os Projetos de Resolução abaixo referidos e solicitou aos Grupos Parlamentares que indicassem se pretendiam a sua discussão no Plenário ou na Comissão.

Constam abaixo as indicações transmitidas pelos Deputados dos respetivos Grupos Parlamentares.

- **Projeto de Resolução 1690| XIII| 3 (CDS-PP) Recomenda ao Governo que inclua a Escola Secundária de Esmoriz na lista nacional de escolas a requalificar com Fundos do Portugal 2020** – O CDS-PP pretende a discussão na Comissão, junto com outras iniciativas sobre a mesma escola.
- **Projeto de Resolução 1688| XIII| 3 (CDS-PP) Recomenda ao Governo que programe obras de requalificação da Escola Básica 2,3 Professor Delfim Santos, em Lisboa** - O CDS-PP pretende a discussão na Comissão, junto com outras iniciativas sobre a mesma escola.
- **Projeto de Resolução 1687| XIII| 3 (CDS-PP) Recomenda ao Governo que realize, com urgência, obras de requalificação na Escola Secundária do Lumiar, em Lisboa** - O CDS-PP pretende a discussão na Comissão, junto com outras iniciativas sobre a mesma escola.

- **Projeto de Resolução 1683| XIII| 3 (PCP) Recomenda ao Governo que intervenha para a requalificação da Escola Secundária de Esmoriz** - O PCP pretende a discussão na Comissão, junto com outras iniciativas sobre a mesma escola.
- **Projeto de Resolução 1667| XIII| 3 (PSD) Requalificação da Escola Secundária de Valbom, Gondomar** - O PSD pretende a discussão na Comissão, junto com outras iniciativas sobre a mesma escola.
- **Projeto de Resolução 1673| XIII| 3 (PCP) Recomenda ao Governo que estude a possibilidade de introdução da sesta na Educação Pré-Escolar** - O PCP indicará depois se pretende a discussão na Comissão ou no Plenário.

### 3.2. Aprovação de Relatórios

Os relatórios da audição de entidades pelo Grupo de Trabalho das Iniciativas sobre Ensino Superior e Ciência e da visita do Grupo de Trabalho do Ensino Especial ao Agrupamento de Escolas de Cuba, Agrupamento de Escolas n.º 2 de Beja, e Instituto Politécnico de Beja foram aprovados por unanimidade pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

### 3.3. Novas regras de funcionamento da AR, aprovadas pela Conferência de Líderes

Tendo presentes as novas regras de funcionamento da Assembleia da República, foi deliberado proceder à sua apreciação mais aprofundada na reunião seguinte da Comissão.

## 4. **Audição do Presidente da Comissão de Avaliação Bipartida no âmbito do PREVPAP - Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública - do Ministério da Educação, por requerimento do BE – 15h00 -**

O Presidente da Comissão deu as boas-vindas ao Presidente da Comissão de Avaliação e indicou a grelha de tempos da audição.

A Deputada Joana Mortágua (BE, Grupo Parlamentar que requereu a audição) indicou que requereram a audição dos Presidentes das Comissões de Avaliação de todos os Ministérios e referiu que no caso do Ministério da Educação os contratos são por ano letivo, que não coincide com o ano civil. Pediu depois informação sobre a situação de regularização dos vários grupos de pessoal, a saber, assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos especializados, incluindo a indicação do número de pessoas envolvidas, de processos já concluídos e de concursos abertos. Pediu depois indicações sobre o tratamento diferenciado dado aos técnicos especializados e o facto de a situação ter sido deixada à avaliação dos diretores dos agrupamentos de escolas. A terminar, manifestou preocupação por ainda não haver respostas, tendo realçado que o prazo de conclusão dos processos termina em agosto.

O Presidente da Comissão de Avaliação, Dr. Joaquim Barbosa, referiu o seguinte, em resumo:

1. O funcionamento da Comissão tem sido harmonioso, com a totalidade das deliberações tomada por unanimidade, pelos representantes do Ministério da Educação e dos sindicatos;

2. O trabalho administrativo e técnico da Direção Geral da Administração Escolar (DGAE) tem sido enorme, acrescentando a passagem da informação da plataforma de recolha dos requerimentos para *excel*;
3. A Comissão recebeu 6.900 processos e estão por apreciar 3.438. Só 7 processos tiveram despacho desfavorável e 3 foram alterados. Foram homologados 1.947 processos e estão para homologar cerca de 800;
4. Os processos dos assistentes operacionais estão quase todos apreciados e não tem informação em relação a trabalhadores a tempo parcial;
5. A Comissão não tem tido dificuldade em concluir se a necessidade em causa é permanente ou não.

Interveio depois o Deputado Álvaro Batista (PSD) que perguntou por que razão o processo demora tanto, realçou que mais de metade dos processos está por apreciar e referiu que não foi dada informação em relação à abertura do concurso. Questionou também por que há tantas situações pendentes, quantos precários foram admitidos de novembro de 2015 até 3/5/2017 e quantas são as situações de precariedade anterior e qual a previsão de conclusão dos trabalhos, bem como de abertura dos concursos.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) referiu que o atual Governo assumiu no seu programa o combate à precariedade como um desígnio e um dos seus grandes objetivos, a desenvolver ao longo da presente legislatura. Saliu que o processo regularização dos trabalhadores precários do Ministério da Educação é complexo dada a enorme especificidade de casos, o que resulta numa dificuldade acrescida no ritmo de concretização deste processo de regularização. Saudou o trabalho desenvolvido e o grande esforço feito, bem como os resultados positivos já alcançados, e perguntou que outras dificuldades foram sentidas, para além da múltipla diversidade dos casos com que se têm debatido.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) mencionou que a Comissão de Avaliação do Ministério da Educação é a 2.ª maior e há uma especificidade, que é o facto de o ano civil não coincidir com o ano letivo. Questionou depois o número de processos já analisados das várias categorias e perguntou o que precisam para analisar todos os processos até ao final de 2018. A terminar, salientou que ainda não há nenhum concurso aberto e perguntou qual é a previsão de abertura dos mesmos.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) realçou que a Comissão de Avaliação faz a análise administrativa e as decisões políticas são da responsabilidade do Governo. Perguntou depois qual a previsão de abertura de concursos e de renovação dos contratos, referiu que o processo de regularização é tardio e está atrasado e pediu indicação do calendário de desenvolvimento e conclusão dos trabalhos e os efeitos no próximo ano letivo. Perguntou ainda por que razão os técnicos especializados (psicólogos, terapeutas, etc) estão no grupo dos casos mais difíceis e o que dificulta a resolução dos mesmos.

A Deputada Joana Mortágua (BE) perguntou por que razão os técnicos especializados ficam para o fim, se houve uma orientação nesse sentido e se essa decisão se prende com a sua inclusão no processo de municipalização. Questionou depois quando é que a Comissão vai acabar o seu trabalho, o que vai acontecer se não forem abertos os concursos até ao fim de 2018 e realçou que o processo já tem 6 meses de atraso.

Na sequência das perguntas e das observações feitas, o Presidente da Comissão de Avaliação referiu o seguinte:

1. Não foi estabelecido um critério para análise dos processos, a mesma foi feita conforme os processos foram chegando e a Direção Geral remeteu a informação;
2. O Governo não fez recomendações ou deu orientações à Comissão de Avaliação;
3. Não pode responder quando terminará o processo;
4. Aguardam informações da Direção Geral;
5. Não se pode pronunciar em relação à abertura do concurso e à renovação ou não dos contratos;
6. Não tem condições para se pronunciar sobre o que vai acontecer quando terminarem os contratos;
7. Ainda não há concursos abertos, mas pensa que pode vir a haver a breve prazo, embora não seja matéria da competência da Comissão de Avaliação;
8. Houve um serviço da DGAE que organizou os processos para remeter à Comissão de Avaliação;
9. As dificuldades estão nos serviços que remetem as informações à Comissão de Avaliação.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

#### **5. Audição conjunta dos Presidentes das 2 Comissões de Avaliação Bipartida no âmbito do PREVPAP - Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública - do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por requerimento do BE – 15h45 –**

O Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos Presidentes das Comissões de Avaliação e indicou a grelha de tempos da audição.

O Deputado Luís Monteiro (BE, Grupo Parlamentar que requereu a audição) referiu que o BE requereu a audição dos Presidentes das Comissões de Avaliação de todos os Ministérios e realçou que a precariedade no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tem aumentado nos últimos anos. Realçou depois que inicialmente o Ministro disse que o PREVPAP não se aplicava aos docentes e investigadores e o Conselho de Reitores da Universidades Portuguesas também tem dito isso. Referiu também, a título de exemplo, os docentes convidados, tendo mencionado que não há nenhum professor com aprovação, por que só têm um horário de 50% e a situação de um falso bolseiro da Universidade de Coimbra, que não vai ter aprovação da Comissão, tendo salientado que se verifica o abuso da figura de bolseiro e de docente convidado.

A Presidente da Comissão de Avaliação da área da Ciência e Tecnologia, Dr.ª Isabel Brites, referiu o seguinte, em resumo:

1. A Comissão iniciou funções em 31/5/2017 e trabalha na Secretaria Geral da Educação e Ciência;
2. Receberam 5.981 requerimentos, *online* e em papel;
3. Analisaram os processos de maio a setembro, tendo trabalhado nas férias e nos fins-de-semana;
4. A publicação de uma nova Portaria gerou novas apreciações e mais requerimentos;

5. Após a receção dos requerimentos foi pedida fundamentação aos serviços respetivos e todos tiveram uma análise casuística;
6. Vão fazer a audiência prévia daqueles em que se perspetiva o indeferimento;
7. Foram recebidos perto de 200 requerimentos de pessoas que já tinham vínculo com a Administração Pública ou no setor privado;
8. Analisam todos os processos, das carreiras gerais e especiais;
9. Foi solicitado o pedido de aperfeiçoamento dos processos à luz da Portaria;
10. Registou-se um trabalho administrativo significativo;
11. O PREVPAP é um programa de interesse público;
12. Houve 2 prazos para apresentação dos requerimentos e estão em causa 44 instituições de ensino superior.

O Presidente da Comissão de Avaliação da área do Ensino Superior, Dr. Fernando Ribeiro Lopes, referiu o seguinte, em resumo:

1. O PREVPAP visa assegurar a correta aplicação das leis existentes e não alterá-las;
2. O Programa abrange carreiras gerais e especiais e vários vínculos;
3. Há 1.469 casos de carreiras gerais e 62% já foram aprovados;
4. Nas carreiras especiais, em que se incluem os docentes do ensino superior e os investigadores, analisa-se se a necessidade é permanente ou não e a natureza do vínculo;
5. Os Estatutos dos Docentes não têm limite à duração dos contratos dos docentes convidados e os contratos a termo são considerados adequados, tendo havido um pequeno número de processos aceites;
6. Em relação aos leitores, não há uma categoria correspondente às funções;
7. Quanto aos investigadores com bolsas de investigação, se não há uma necessidade permanente, não há regularização;
8. Quando, legalmente, podem celebrar-se contratos a termo, não se considera que haja uma necessidade permanente.

Interveio depois a Deputada Nilza de Sena (PSD) referindo que não se sabe quando é que o processo vai ficar concluído, sendo o mesmo difícil e complexo e perguntando se precisam de mais meios, se já pediram e quando preveem concluir o processo. Perguntou ainda quantos processos já foram homologados e quando vão ser abertos os concursos e quantos precários iniciaram funções de novembro de 2015 até agora.

O Deputado Porfírio Silva (PS) deu realce ao trabalho duro em curso e agradeceu aos Presidentes das Comissões de Avaliação. Referiu depois que o PREVPAP não vai resolver todas as situações de precariedade e enfatizou que a apreciação casuística dá muito trabalho e é fundamental. Realçou também que o processo é para fazer cumprir a legislação e não para criar novos regimes, para respeitar as carreiras e não para as boicotar.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que o Ministro tem dito que o PREVPAP só se aplica a carreiras do regime geral e não a docentes e a investigadores.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que vão ficar muitos casos de fora, nomeadamente de docentes e investigadores e perguntou se os critérios seguidos são sempre os mesmos, tendo indicado que há tratamento desigual, até na mesma instituição. Mencionou depois casos da Universidade Nova antes da passagem a Fundação, entidade de direito privado e perguntou qual a solução para os mesmos. Referiu ainda casos de não contagem de tempo de serviço.

O Deputado Luís Monteiro (BE, Grupo Parlamentar que requereu a audição) questionou se o Código de Procedimento Administrativo está a ser aplicado e referiu depois que o docente convidado não tem limite de contratos, mas muitas vezes cumpre funções iguais às dos docentes da instituição e referiu que as Comissões de Avaliação podiam fixar critérios para analisar os casos, por exemplo, dos docentes convidados.

Na sequência das perguntas e das observações colocadas, a Presidente da Comissão de Avaliação da área da Ciência e Tecnologia, Dr.ª Isabel Brites, referiu o seguinte, em resumo:

1. Os meios humanos foram reforçados com informáticos, administrativos e juristas, bem como com o pedido de pareceres à Direção Geral da Administração e do Emprego Público e outros;
2. Foram aprovadas 3.072 deliberações e 1.075 foram favoráveis;
3. Os requerentes podem pedir a regularização ao abrigo do PREVPAP ou do regime de emprego científico;
4. Os processos das Universidades de Aveiro e de Coimbra foram suspensos, para melhor análise.

O Presidente da Comissão de Avaliação da área do Ensino Superior, Dr. Fernando Ribeiro Lopes, referiu o seguinte, em resumo:

1. Os concursos serão posteriores às homologações das avaliações feitas pela Comissões;
2. As Comissões funcionam com base naquilo que está na lei e não no espírito da mesma;
3. As Fundações são abrangidas pelo regime da lei;
4. Em relação às Associações criadas pelas Universidades, há dúvidas sobre se lhes é aplicável o regime da lei.

A gravação da audição e o documento com a estatística dos processos das 2 Comissões de Avaliação estão disponíveis na [página da Comissão](#).

## **6. Discussão e votação na especialidade da seguinte iniciativa legislativa**

- [Projeto de Lei n.º 813/XIII/3.ª](#) (PCP) - Requalificação e construção de residências universitárias

Foram feitas intervenções iniciais globais pelos Deputados Ana Mesquita (PCP), Margarida Balseiro Lopes (PSD), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Porfírio Silva (PS) e Luís Monteiro (BE) e procedeu-se depois à votação da iniciativa e das propostas de alteração apresentadas.

O relatório de discussão e votação, o texto final e a gravação da reunião estão disponíveis no Projeto de Lei.

## **7. Discussão de Projetos de Resolução**

### **7.1. Discussão conjunta**

- [Projeto de Resolução n.º 1565/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Pela correta aplicação da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho

- [Projeto de Resolução n.º 1666/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Pela fiscalização da efetiva aplicação do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho (Emprego Científico)

Os Projetos de Lei foram apresentados pelos Deputados Luís Monteiro (BE) e Ana Mesquita (PCP), tendo participado também no debate os Deputados Porfírio Silva (PS), Duarte Marques (PSD) e Ana Rita Bessa (CDS-PP).

A informação da discussão e a respetiva gravação estão disponíveis nos Projetos de Resolução.

**7.2. [Projeto de Resolução 1542/XIII/3.ª \(BE\)](#)** - Manutenção da Licenciatura em Ergonomia na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

Adiado, a pedido do PS.

**7.3. [Projeto de Resolução n.º 1546/XIII](#)** (PCP) - Concurso extraordinário de recrutamento e colocação de inspetores na área da Educação e Ciência

Adiado, a pedido do PCP.

**7.4. [Projeto de Resolução n.º 1550/XIII/3.ª \(PSD\)](#)** - Alteração na hora de realização dos Exames Nacionais

Adiado, a pedido do BE.

**7.5. Discussão conjunta**

- [Projeto de Resolução n.º 1571/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à realização de obras de reabilitação da Escola Básica 2,3 Frei Caetano Brandão, em Braga
- [Projeto de Resolução n.º 1576/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Urgente requalificação da Escola Básica 2/3 Frei Caetano Brandão
- [Projeto de Resolução n.º 1626/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Básica 2/3 Frei Caetano Brandão de Braga
- [Projeto de Resolução n.º 1682/XIII/3.ª \(PSD\)](#) Requalificação da Escola Básica 2,3 Frei Caetano Brandão, em Braga

Adiado, a pedido do CDS-PP.

**7.6. [Projeto de Resolução n.º 1572/XIII/3.ª \(PCP\)](#)** - Urgente requalificação na Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso

Estava prevista a discussão conjunta desta iniciativa e do Projeto de Resolução n.º 1611/XIII, mas deliberou-se realizá-las autonomamente por se tratar de escolas diferentes, embora do mesmo concelho.

O Projeto de Resolução foi apresentado pela Deputada Carla Cruz (PCP), tendo participado também no debate as Deputadas Laura Magalhães (PSD), Maria Augusta Santos (PS) e Ana Rita Bessa (CDS-PP). As 2 últimas Deputadas fizeram referências aos 2 Projetos de Resolução.

A informação da discussão e a respetiva gravação estão disponíveis no Projeto de Resolução.

**7.7. [Projeto de Resolução n.º 1611/XIII/3.ª \(BE\)](#)** - Recomenda ao Governo a urgente reabilitação da Escola EB 2/3 Professor Gonçalo Sampaio, em Póvoa de Lanhoso

O Projeto de Resolução foi apresentado pelo Deputado Pedro Soares (BE) tendo participado também no debate as Deputadas Laura Magalhães (PSD) e Carla Cruz (PCP).

A informação da discussão e a respetiva gravação estão disponíveis no Projeto de Resolução.

**7.8. [Projeto de Resolução n.º 1573/XIII/3.ª \(PCP\)](#)** - Requalificação e realização urgente de obras na Escola Secundária de Amares

O Projeto de Resolução foi apresentado pela Deputada Carla Cruz (PCP), tendo participado também no debate os Deputados Laura Magalhães (PSD), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Maria Augusta Santos (PS) e Pedro Soares (BE).

A informação da discussão e a respetiva gravação estão disponíveis no Projeto de Resolução.

**7.9. Discussão conjunta**

- **[Projeto de Resolução n.º 1574/XIII/3.ª \(PCP\)](#)** - Requalificação e realização urgente de obras em escolas do Agrupamento de Escolas Santos Simões, Guimarães

- [Projeto de Resolução n.º 1612/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo a urgente reabilitação da Escola Básica e Secundária Santos Simões, em Guimarães

Adiado, a pedido do PSD.

#### 7.10. Discussão conjunta

- [Projeto de Resolução n.º 1562/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à elaboração de um plano para reabilitação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, na Vila de Joane
- [Projeto de Resolução n.º 1563/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, na Vila de Joane
- [Projeto de Resolução n.º 1575/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Urgente requalificação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado
- [Projeto de Resolução n.º 1622/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, de Vila Nova de Famalicão

Adiado, a pedido do CDS-PP.

#### 7.11. Discussão conjunta

- [Projeto de Resolução n.º 1561/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à urgente reabilitação da Escola Secundária de Barcelinhos e remova todas as placas de fibrocimento
- [Projeto de Resolução n.º 1578/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Requalificação e realização urgente de obras na Escola Secundária de Barcelinhos
- [Projeto de Resolução n.º 1625/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Secundária de Barcelinhos – Barcelos

Adiado, a pedido do PSD.

- 7.12. [Projeto de Resolução n.º 1598/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo a realização de obras na Escola Básica 2/3 D. Carlos I em Sintra

O Projeto de Resolução foi apresentado pela Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD), tendo participado também no debate os Deputados Porfírio Silva (PS), Ana Mesquita (PCP) e Ana Rita Bessa (CDS-PP).

A informação da discussão e a respetiva gravação estão disponíveis n Projeto de Resolução.

## **8. Apreciação e votação de relatório final de petição**

**8.1. [Petição n.º 467/XIII/3.ª](#)** - Solicitam a celebração de Contrato Coletivo de Trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo que respeite o estipulado na Lei de Bases e o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.

O relatório final da petição foi apresentado pela relatora, Deputada Sandra Pontedeira (PS), tendo sido aprovado por unanimidade pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## **9. Discussão e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do BE para audição do Senhor Ministro da Educação sobre a recuperação do tempo de serviço dos docentes para efeitos de valorização remuneratória**

O requerimento foi apresentado pela Deputada Joana Mortágua (BE), que realçou o facto de o Governo ter abandonado as negociações.

O Deputado Porfírio Silva referiu que votam a favor do requerimento e o Governo não abandonou as negociações.

As Deputadas Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP) concordaram com a audição do Ministro.

O Deputado Pedro Pimpão (PSD) concordou com a audição e pediu urgência para a vinda do Ministro.

O requerimento foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## **10. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

## **11. Data da próxima reunião**

- 21 junho – após Plenário, cerca das 17h

A reunião foi encerrada às 19:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de junho de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'A. Quintanilha', written in a cursive style.

(Alexandre Quintanilha)

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha  
Álvaro Batista  
Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
Ana Sofia Bettencourt  
Diogo Leão  
Ivan Gonçalves  
Joana Mortágua  
Laura Monteiro Magalhães  
Lúcia Araújo Silva  
Luís Monteiro  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Nilza de Sena  
Pedro Alves  
Pedro Pimpão  
Porfírio Silva  
Sandra Pontedeira  
Susana Amador  
Carla Cruz  
Carlos Abreu Amorim  
Duarte Marques  
Elza Pais  
José Luís Ferreira  
Margarida Balseiro Lopes  
Palmira Maciel  
Pedro Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista  
Ilda Araújo Novo  
Maria Manuela Tender